

Introdução

“De tais povos na infância não há história: há só etnografia”. Se a famosa frase de Francisco Adolfo de Varnhagen resume o projeto de exclusão dos índios da história geral do Brasil, ela funda, paralelamente, um hiato disciplinar que define e delimita claramente as atribuições de uma e de outra disciplina. O projeto de Brasil que deslegitimava a presença indígena na história nacional negava, ao mesmo tempo, a própria possibilidade de uma “história indígena” e, portanto, de uma “historiografia indígena”. Paralelamente, a etnografia era definida enquanto disciplina pela própria a-historicidade de seu objeto, incumbida de transcrever a imagem de um eterno presente, na melhor das hipóteses, ou, na pior, realizar o registro já museográfico de um passado já remoto. Essa imagem dos índios sem história, construída no século XIX, permaneceu durante décadas, adentrando no XX, fortalecida pela própria natureza das fontes documentais que, no caso brasileiro, não possuíam a mesma densidade e, sobretudo, o mesmo estatuto daquelas utilizadas para a história dos índios nos outros países latino americanos – história esta que se confunde frequentemente com a própria história nacional.

Por um lado, desde Varnhagen e Von Martius, os índios não tinham lugar na his-

tória, a não ser como ancestrais míticos da nação e, por isso mesmo, definitivamente relegados a uma temporalidade outra em relação ao processo/progresso histórico e social do país. Por outro lado, também a etnologia, quer na vertente marcada pelo paradigma da aculturação, quer na sincronia das abordagens estruturalistas, resumia a história dos índios à “crônica de sua extinção”¹ ou a desconsiderava, tratando-a como elemento necessariamente alheio, exógeno e perturbador.

Lançando mão de fontes inéditas e de uma releitura cuidadosa de documentos já conhecidos, as pesquisas históricas das últimas décadas estão procurando reescrever a história colonial da América indígena, mostrando um mundo de rápidas mudanças, de adaptações, de negociações, de construções permanentes de identidades no interior de um quadro político extremamente instável. Vários autores propõem uma revisão radical do paradigma da conquista tanto na vertente de “perda” quanto na de “resistência”. Por outro lado, vem sendo desmantelada a ideia de uma “pureza originária”, étnica e cultural, que o contato teria contaminado, substituída por uma “lógica mestiça”, em que a resistência não se dá apenas em termos de revolta, mas também de estratégias de mediação, de adaptação e reformulação de identidades, de construção de novas formações sociais e culturais.

1 Essa potente expressão foi usada por John Monteiro em várias ocasiões.

No Brasil, a visibilidade política cada vez maior das populações indígenas vem colocando, desde a década de 1980, a exigência de reconsiderar a maneira indígena de pensar e de fazer a história, seja no que se refere ao período colonial, seja com relação à contemporaneidade, quando os próprios pressupostos coloniais parecem pautar, pelo menos na linguagem político-jurídica, as categorias construtoras de *indianidade*.

A antropologia, então, é chamada a devolver hoje a “história nativa”, mediante o esforço hermenêutico de captar as categorias indígenas de apreensão e construção de temporalidade em função de um projeto de ação política. Nos trabalhos desenvolvidos hoje, o foco é a história indígena entendida como a maneira indígena de fazer a história, em seus próprios termos, o que implica a ideia de uma maneira diferencial de interpretar o devir. Eis então, por exemplo, que a consciência mítica se constitui como uma maneira de ler a história, não para afastá-la, mas para construí-la significativamente, constituindo-se como o veículo de expressão da interpretação do processo social e determinando práticas de ação política.

Um novo interesse historiográfico pelo papel dos povos indígenas na história do Brasil revela o “índio colonial” não apenas como categoria genérica construída pelos agentes da colônia, mas também como instrumento indígena de afirmação política. O que emerge desses estudos, que enterram definitivamente a imagem do índio vítima apenas de extermínio ou figurante mudo de uma história alheia, são as múltiplas experiências de elaboração e reformulação de identidades que se apresentaram como respostas criativas às pesadas situações historicamente novas de contato, contágio e subordinação.

Falar em história indígena, hoje, obriga historiadores e antropólogos a repensar orientações teóricas e práticas disciplinares,

mobilizando um arsenal de conceitos, métodos e fontes que, por um lado, desvenda a densidade sociopolítica do processo de construção da nação e, por outro lado, revela a profundidade histórica dos dados que surgem da abordagem etnográfica. Falar em história indígena, hoje, significa falar, ao mesmo tempo, da maneira indígena de pensar e fazer a história, da participação indígena na produção e, portanto, na escrita da história do Brasil e, finalmente, na historicidade das categorias analíticas pelas quais historiadores e antropólogos delimitam suas disciplinas ao construir o “índio”, dentro e fora da sociedade e da história do Brasil

A enorme quantidade de pesquisas produzidas nos últimos vinte anos sobre a história indígena enterrou definitivamente a imagem dos “índios sem história”, criada no século XIX pela historiografia nacional. O objeto “história indígena” tem sido reconstruído analiticamente sob diversas perspectivas: como regimes indígenas de historicidade, como construção simbólica da história do contato e como elemento de quebra epistemológica dos saberes coloniais, implícitos na construção da teoria social no Brasil. Assim, longe de delimitar uma em relação à outra – como queria Varnhagen – seus campos empíricos, seus arcabouços teóricos e suas práticas analíticas, história e antropologia tornam hoje cada vez mais porosas suas fronteiras disciplinares.

Os ganhos teóricos e metodológicos que a história indígena, como perspectiva epistemológica, mas também como conjunto de *factos*, tem proporcionado à etnologia e à historiografia, pelo menos desde 1985, são devedores da obra do mais competente e dedicado estudioso de história indígena no Brasil: John Manuel Monteiro. O trabalho de John tem permitido à reflexão antropológica a respeito da história alcançar seus frutos maduros, bem como tem enriqueci-

do extraordinariamente a pesquisa histórica brasileira, ao introduzir na consciência historiográfica nacional atores tão poderosos quanto programaticamente excluídos da grande narrativa da nação, os povos indígenas. Sem suas intuições, sua orientação e sua dedicação competente e engajada, a história e a antropologia no Brasil de hoje seriam certamente mais pobres.

Na revisão de paradigmas, na busca de fontes documentais tão inusitadas quanto raras, no questionamento radical – fruto por sua vez de uma historicização – das categorias historiográficas e antropológicas marcadoras de identidades e de hierarquias e na abertura da historiografia para a antropologia e da etnologia para a história, John Manuel Monteiro foi pioneiro. “Antropólogo por profissão, historiador por vocação”, como certa vez definiu a si mesmo, John abriu caminhos e apontou novos rumos para o fazer histórico e antropológico no Brasil.

A história como vocação

John Manuel Monteiro adquiriu a vocação de historiador na graduação nos Estados Unidos, onde nasceu e para onde voltou, após a infância e a adolescência passadas no Brasil, onde a família se estabeleceu por alguns anos. Mais do que no Colorado College, porém, a verdadeira iniciação científica deu-se no programa de pesquisa realizado anualmente na Newberry Library, em Chicago, do qual participou junto com alunos selecionados de vários cursos de História e de Letras em faculdades similares em diferentes estados. O intercâmbio acadêmico, articulado com a ri-

queza da documentação existente no acervo, indicou o caminho para os estudos futuros. O levantamento bibliográfico sobre o tema da mestiçagem no contexto da expansão portuguesa resultou, no ano final da faculdade, na elaboração do trabalho de conclusão de curso, a Honors Thesis, defendida em 1978, sob a orientação de Peter Blasenheim².

O rigor na prática da pesquisa bibliográfica e documental não o abandonaria mais. O solidíssimo hábito de esgotar a literatura disponível sobre os diversos temas nas mais diversas abordagens e línguas consolidou-se na época do doutorado em História na University of Chicago, na área de concentração da América Latina, tanto que as anotações e os levantamentos de arquivo realizados naquele período, por sua própria admissão, continuariam úteis anos mais tarde, quando professor na Unesp e na Unicamp, ou, também, em anos recentes, quando professor convidado na Harvard University, na University of Michigan e na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Leitor voraz, vasculhava arquivos, bibliotecas e catálogos antes de tecer algum tipo de afirmação. Aqui, talvez, possamos encontrar uma das razões de certo desequilíbrio entre o volume e a consistência das pesquisas – marcadas pelo trabalho refinado de revisão das fontes e pelo diálogo incessante e sempre atualizado com a literatura – e a relativa parcimônia das publicações, inversamente proporcional à generosidade com a qual distribuía sugestões bibliográficas, sempre extraordinariamente pontuais, ou até mesmo tesouros de arquivo.

Da melhor tradição historiográfica John herdou a tendência a antepor fatos à discussão

2 “Portuguese Colonization in the Tropics: Afonso de Albuquerque’s Marriage Plan in Goa”. As informações mais relevantes relativas ao período americano foram extraídas do memorial apresentado em 2009 para o concurso de professor titular no departamento de Antropologia da Unicamp. O memorial ajudou também a pensar a trajetória científica de John Monteiro seguindo seu próprio desenho, quase em diálogo com ele. Agradeço imensamente à generosidade de Maria Helena P. T. Machado em disponibilizar o memorial para a redação deste artigo.

de conceitos e teorias, sem por isso contentar-se de apontar para realidades aparentemente autoevidentes. Ao contrário, esses *fatos* , não descobertos, mas construídos mediante seguros instrumentos de investigação, tornavam-se poderosas corroborações empíricas de uma nova abordagem, teoricamente forte porque leitora crítica das elaborações historiográficas, elas próprias tomadas como fontes e articuladas a novos e inusitados documentos, como no caso de sua originalíssima releitura da narrativa nacional e regional a respeito do bandeirantismo, um dos temas de sua pesquisa. Foi esse mesmo rigor, fruto de sua vocação, que, ao desvendar o papel dos povos indígenas na história do Brasil, acabou determinando o rumo de sua profissão de antropólogo, assim como da própria maneira de fazer pesquisa sobre mundo indígena no Brasil.

A forma pela qual John Monteiro incorporou os instrumentos da antropologia na investigação histórica não seguiu o fascínio da micro-história e história cultural, que desde as décadas de 1980 e 1990 animavam no Brasil o debate teórico a respeito da história colonial. A aproximação de John à antropologia se deu a partir de outras vertentes, mais consolidadas na tradição e no debate norte-americano. É o caso da aproximação entre etnologia, arqueologia e história; é o caso da etno-história, cuja produção se organizava em volta da revista *Ethnohistory* desde a década de 1970; é, finalmente, o caso da história e da historiografia da América espanhola, na qual a questão indígena se confunde com a própria questão nacional.

Ao chegar no Brasil para a pesquisa de arquivo e ao se estabelecer sucessivamente no país, a partir de meados da década de 1980, John trouxe consigo essas tradições e esses debates. Vale lembrar que entre seus professores, em Chicago, esteve o historiador e antropólogo austríaco Friedrich Katz, que levou para os Estados Unidos a influência da Escola Histórico-Cultural Alemã. Essa mesma escola influenciara Sérgio Buarque de Holanda, antecipador da descoberta do papel dos índios na história de São Paulo e que teria em John Monteiro seu maior intérprete. Também no quadro dos interesses pela história brasileira, o jovem doutorando estabeleceu contatos com Stuart Schwartz antes mesmo de decidir o tema da tese que, aliás, foi sugerido exatamente por esse estudioso, cujo trabalho mostra até hoje a perfeita compatibilidade entre a análise socioeconômica e a história cultural.

Embora reconhecesse a importância da história cultural ou da micro-história no âmbito dos estudos históricos, John não tinha grande inclinação por elas, para as quais olhava com a desconfiança de quem, acostumado ao trabalho minucioso de análise de fontes até esgotar todas as “provas” que oferecem, não fica totalmente convencido pelas “possibilidades” que leituras excessivamente audaciosas possam abrir³. Por outro lado, o excesso de detalhes “etnográficos”, caros à micro-história, era visto com suspeita por John, mais à vontade na perspectiva mais abrangente e comparativa proporcionada pela formação em história econômica e pelo interesse na expansão colonial dos séculos XVI e XVII⁴.

3 Refiro-me aqui ao famoso texto “Provas e possibilidades” de Carlo Ginzburg (1991).

4 O risco de se perder nas minúcias da micro-história, paralelo historiográfico de certas idiossincrasias etnográficas, está claramente presente em sua resenha dos primeiros dois volumes da *História da Vida Privada no Brasil*. Apesar de saudar a empreitada, a análise não deixa de apontar para o corte sincrônico que “ameaça perder de vista a relação entre vida cultural, etnograficamente descrita”, e “os movimentos gerais da história da América portuguesa”, assim como corre o risco de “uso do exemplo singular para tecer um comentário generalizado sobre a sociedade” (Monteiro, 1998, p. 210 e 212).

A aproximação de John Monteiro à antropologia, ou, melhor dizendo, a aproximação entre antropologia e história realizada em seu trabalho, deu-se menos por sugestões teóricas mais ou menos na moda do que pela própria natureza do objeto e pelo rigor do percurso analítico na abordagem das fontes. A tese em História Econômica, defendida em 1985 na University of Chicago⁵, encontra-se na base de seu trabalho mais conhecido, *Negros da terra* (1994). Inicialmente proposta como um estudo da estrutura da economia colonial em São Paulo, tema caro à historiografia nacional, a pesquisa acabou apontando para um campo de investigação tão fecundo quanto desconhecido até então, porque ocultado pelo mito regional do bandeirantismo, revelando dinâmicas de interação e negociação política e econômica entre atores sociais em luta pelo controle da mão de obra indígena.

A descoberta da centralidade da captura e da escravização dos índios na formação da economia paulista, a partir da análise de fontes até então pouco ou nada exploradas (como os inventários e testamentos, ou os registros de batizados e óbitos) ou de um novo olhar sobre fontes mais conhecidas (como a correspondência jesuítica, os documentos dos arquivos portugueses ou das Câmaras Municipais), levou à tese “revisionista” do paradigma da colonização em São Paulo. Por um lado, o trabalho colocava em cheque a grande narrativa do bandeirantismo como forma de povoamento do interior, evidenciando o processo oposto: o desastre demográfico provocado pela retirada de milhares de índios e pelas epidemias introduzidas pelos brancos. Por outro lado, *Negros da terra* mostrava que as expedições de apresamento não estavam voltadas para o abastecimen-

to do mercado açucareiro do Nordeste, e sim para a construção da própria estrutura produtiva do planalto, baseada no cultivo do trigo. Esta última afirmação, como nota Raminelli (2013, p. 178), abriu caminho para as pesquisas históricas mais recentes, fortemente críticas do modelo “externalista”, assentado no predomínio da economia agrário-exportadora no passado colonial, tão enraizado na historiografia nacional.

Mas a novidade maior da pesquisa dizia respeito menos à história econômica do que à história social, ao descortinar um universo de interações entre agentes sociais e políticos em permanente disputa e negociação em volta da questão central do controle do trabalho indígena: entre esses agentes estavam, prepotentemente, os próprios índios. Curiosamente, a descoberta da centralidade da escravidão dos índios não levava a mais uma confirmação do papel de figurantes mudos de uma história alheia; ao contrário, o trabalho trazia para o centro do palco a atuação dos próprios índios, vítimas de genocídio e etnocídio, sim, mas também capazes de repensar sua própria história e reconstruí-la, mediante sua inserção no mundo colonial e nos processos políticos que se desencadeavam a partir das expedições de apresamento.

Negros da terra mostra como “todos os aspectos da formação da sociedade e da economia paulista durante seus primeiros dois séculos confundem-se, de modo essencial, com os processos de integração, exploração e destruição de populações indígenas trazidas de outras regiões” (Monteiro, 1995, p. 9). Mas, ao mesmo tempo, o livro oferece exemplos contundentes de que esse processo deu origem a inúmeras estratégias de sobrevivência cultural e política das coletividades indígenas, que, “sem condições de reproduzir ple-

5 “São Paulo in the Seventeenth Century: Economy and Society”, Chicago, 1985.

namente as formas pré-coloniais de organização, procuravam forjar espaços próprios no interior da sociedade colonial” (Monteiro, 1995, p 170).

Também, e mais importante, do ponto de vista metodológico e até epistemológico (ele não gostaria dessa palavra), a análise brilhante das transformações estruturais e simbólicas das guerras indígenas, frente à introdução do apresamento, substituindo o sacrifício no terreiro pela venda de prisioneiros, mostrava a extraordinária capacidade dos povos nativos de estar na história e de fazer história, a partir de códigos simbólicos novos, trazidos pelas contingências históricas. Isso questionava a imagem, inaugurada por Varnhagen, dos índios sem passado e sem futuro, ou aquela, mais ou menos marcada pelo paradigma da aculturação, da constatação do processo inelutável de apagamento e de definitiva perda cultural (Ribeiro, 1970; Hemming, 1978), ou, ainda, o paradigma da resistência vista como defesa até o martírio das imutáveis tradições.

Era introduzido assim o tema historiográfico do *índio colonial*, que recuperava a importância das lideranças indígenas no processo de conquista, junto com novas sugestões metodológicas a respeito do uso das fontes produzidas de um só lado do encontro. John trabalharia com afinco durante toda sua carreira nesse tema e nessa metodologia, que nas últimas décadas produziram trabalhos de fôlego, muitos dos quais com a supervisão e a orientação do próprio John, tanto na história quanto nas ciências sociais,

ou, melhor, naquele campo de investigação produzido pela interpenetração cada vez mais estreita e fértil entre instrumentos de pesquisa e questões teóricas pertencentes aos dois campos disciplinares⁶.

Antropologia como opção

Foi, pois, a partir dos dados empíricos e do compromisso científico e político com esse poderoso ator, “esquecido” pela historiografia nacional, que se deu a aproximação com a antropologia, já que, por declaração do próprio John em palestras, artigos e materiais de divulgação, na década de 1980 não havia espaço, ainda, para a história indígena no panorama das pesquisas nacionais sobre história colonial. Paralelamente, por iniciativa de alguns antropólogos, o campo da etnologia brasileira estava se ampliando para incorporar questões de história, por razões essencialmente políticas. Com efeito, o final da década de 1970 e o início da de 1980 foram marcados pela visibilidade crescente dos movimentos indígenas, que levaram a questão da cidadania e dos direitos do índios à Constituinte, propondo uma revisão do Estatuto do Índio. Por outro lado, no plano da reflexão antropológica, a reconfiguração da própria noção de “direito indígena” levava cada vez mais os etnólogos engajados na causa indígena e indigenista à busca dos fundamentos históricos e jurídicos daquelas que em breve viriam a se chamar de políticas de reconhecimento.

A pesquisa histórica na documentação colonial e imperial, bem como nos cartórios

6 Muitas foram as dissertações e teses orientadas por John Monteiro, algumas das quais premiadas, compondo aquilo que John chamava carinhosamente de “linhagem”. Aqui, lembro apenas alguns dos trabalhos transformados em livros, reconhecendo, no entanto, a relevância daqueles que, por razões diferentes, ainda não foram publicados: *Metamorfoses indígenas*, de Regina Celestino de Almeida (2003), *Religião como tradução*, de Cristina Pompa (2003), *Civilização e revolta*, de Izabel Missagia de Mattos (2004); *Política da identidade*, de Sidnei C. Peres (2013); *Vilas de índios no Ceará Grande*, de Isabelle B. Peixoto da Silva (2005); *O vapor e o botoque*, de Luisa Tombini Wittmann (2007),

e nas paróquias, tornava-se central na elaboração dos laudos antropológicos que davam fundamento jurídico a tais demandas. Por outro lado, a pesquisa em história oral mostrava que a memória dos nativos (ou daqueles que estavam “redescobrimo-se” nativos) construía formas próprias, regimes peculiares de historicidade.

Nesse momento político e nessa altura do debate acadêmico, a pesquisa de história indígena de John Monteiro encontrou seu lugar. A reflexão a respeito das transformações nas modalidades de escravidão no quadro da economia paulista dos seiscentos deu lugar ao estudo da história indígena, vista principalmente como o aporte historiográfico à questão indígena. Se a documentação inédita encontrada nos arquivos e cartórios paulistas revelava cada vez mais o papel dos povos indígenas na formação da colônia, sugeria também uma perspectiva de aprofundamento do campo que começava a se chamar, ao arpejo da tradição historiográfica herdeira de Von Martius e Varnhagen, de “história indígena”.

Assim, pela própria natureza do objeto, mas também pelas inquietações intelectuais suscitadas por acontecimentos contemporâneos, houve uma aproximação às pesquisas antropológicas ligadas à vertente da etno-história, como as de Robin Wright, também atuante no Brasil mas de formação americana, animador, com Jonathan Hill, da revista *Ethnohistory*. Entre o final da década de 1980 e a metade da de 1990, John Monteiro e Robin Wright coordenaram várias reuniões do grupo de trabalho da Anpocs dedicado à história indígena. Pertence a esse período

a publicação do artigo “Escravidão indígena e o problema da identidade étnica em São Paulo colonial” (1990), em que a busca das condições históricas da criação do etnônimo “carijó”, utilizado para identificar a população indígena integrada à estrutura social da colônia, (re)descobria o “índio colonial”, figura central na bibliografia referente à América espanhola, mas praticamente ausente no horizonte historiográfico brasileiro. Isso abria uma discussão que se revelaria fecunda com a antropologia no país, que naquele momento revia criticamente o paradigma consagrado da polarização irreduzível entre mundo colonial e mundo indígena.

Na mesma linha, o artigo “Brasil indígena no século XVI: Dinâmica histórica tupi e as origens da sociedade colonial” (1990a), publicado em Portugal, desconstruía discursos historiográficos e etnográficos, retomando e enriquecendo a desmistificação, operada por Florestan Fernandes na década de 1950, da passividade dos povos tupis do litoral frente à colonização. A superação do modelo funcionalista de Florestan, excessivamente rígido na opinião do autor, estava na identificação das estratégias diferenciadas e historicamente variáveis das lideranças nativas, em busca de afirmação política no quadro da sociedade colonial, ainda no primeiro século da colônia⁷. Um desenvolvimento dessa temática, estendendo a análise para o conjunto da América portuguesa, encontra-se em “As populações indígenas do litoral brasileiro no século XVI: Transformação e resistência”, de 1991, originariamente texto de uma conferência proferida em Lisboa, em ocasião das comemorações dos descobri-

7 Essa crítica foi desenvolvida sucessivamente, encontrando sua expressão mais acabada no artigo “Entre o etnocídio e a etnogênese”, da tese de livre-docência do autor: “...os Tupinambá de Florestan só sobreviveriam ao impacto da conquista através da migração, como haviam feito os grupos egressos de Pernambuco que teriam reconstituído a coesão tribal em lugares distantes da presença europeia. Nesse sentido, davam as costas à história para não ser vítima dela” (Monteiro, 2001a, p. 55).

mentos portugueses, sucessivamente transformado em artigo para uma coletânea organizada por Jill Dias, promotora do evento (Monteiro, 1991b).

Essa história, que via os índios agirem dentro dela na medida em que a construíam, estava se colocando prepotentemente no cerne das preocupações teóricas e das pesquisas empíricas de antropólogos engajados no apoio ao movimento indígena e na reivindicação de seus direitos de cidadania, movimento e direitos que, além dos fóruns políticos de debate, ocupavam espaços acadêmicos, nos GTs da Anpocs e da ABA. O quadro do processo de democratização, além de cenário da militância que levava a pensar os índios como sujeitos, e não simplesmente como objetos de pesquisa ou beneficiários de políticas de Estado, era também uma ocasião para repensar a tradição etnológica nacional, marcada pela sincronia do olhar estruturalista. Com efeito, a releitura do estruturalismo à luz do processo histórico e político, trazida por novos expoentes do culturalismo americano, como Sahlins e Rosaldo, ou a reflexão sobre a relação dinâmica entre mito e história, de etno-historiadores como Jonathan Hill, abria novas perspectivas teóricas e de pesquisa, trazendo para o centro do palco da política e da história a maneira indígena de fazê-las, “em seus próprios termos”, para citar uma frase famosa de Manuela Carneiro da Cunha.

Justamente, o grupo que se juntava em torno da Manuela Carneiro da Cunha acolheu John em seu debate e se abriu às suas sugestões, inaugurando novos rumos na maneira de fazer antropologia e história indígena. De um lado, esse diálogo enriqueceu enormemente a etnologia brasileira que tinha constituído frequentemente, até então, uma espécie de espelho do discurso historiográfico do índio “sem história”. A dimensão da história como perspectiva metodológica ultrapassava assim as limitações dos “antece-

des históricos”, os obrigatórios e às vezes entediantes capítulos introdutórios das monografias rigorosamente sincrônicas. Essa perspectiva abria espaço para a compreensão do processo de construção, não apenas das configurações sociais contemporâneas, e sim das próprias categorias de apreensão e descrição dessas configurações, como é o caso dos etnônimos, por exemplo, que John Monteiro mostrava serem produtos históricos de interação social e política desde a época colonial. De outro lado, a aproximação da problemática e da metodologia etnológica densificou teoricamente a perspectiva histórica que começava a se construir no trabalho tanto de John Monteiro quanto de outros especialistas que estavam construindo o campo específico da historiografia da América indígena colonial, ao mostrar que as escolhas indígenas e seu papel na história estavam indissoluvelmente relacionados a regimes múltiplos de historicidade construídos por mitos, ritos e configurações cosmológicas (aquelas que hoje em dia se definem “cosmopolítica”).

Foi assim que a tese “São Paulo in the Seventeenth Century: Economy and Society” se transformou em *Negros da terra* (1994), precedido nesse caminho por outro artigo: “From Indian to Slave: Forced Native Labour and Colonial Society in São Paulo during the Seventeenth Century”. Também pensado a partir de preocupações de história econômica e publicado em 1988, o texto foi repensado no quadro do projeto de construção do campo da história indígena, para entrar, com o título de “De índio a escravo. A transformação da população indígena de São Paulo no século XVII”, em um número especial da *Revista de Antropologia* (1988 a 1990), que trazia a produção daquela fatia da antropologia, em boa parte ligada a Manuela Carneiro da Cunha, que estava consolidando o campo da história indígena e do indigenismo a partir de um GT da Anpocs com

o mesmo nome. Nessa linha, institucionalizou-se, na USP, o Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, ativo até hoje, que por sua vez, com a ajuda da Fapesp, daria origem aos trabalhos mais relevantes da década de 1990, referências até hoje a respeito da história indígena: a coletânea *História dos índios no Brasil* (1992) e o *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo* (1994).

Da primeira coletânea, organizada pela própria Manuela, John Monteiro participou com um texto marcante sobre a etno-história guarani: “Os guarani e a história do Brasil meridional, séculos XVI-XVII”, que trazia questões incômodas para o tão inesgotável quanto complexo campo dos estudos guarani, como no caso da “projeção etnográfica” que, por exemplo, deixa de atribuir centralidade à guerra entre os guarani históricos, a partir da ideia contemporânea da centralidade da religião. Outra questão importante apontada pelo artigo foi a da demografia, a partir da qual o artigo tecia uma crítica severa da fragilidade dos pressupostos históricos das teorias clastrianas.

A questão demográfica, aliás, foi um tema caro ao autor, que a enfrentou em diversos momentos de sua trajetória, sempre repensando e acrescentando novas fontes e novas reflexões sobre os dados da pesquisa que deu origem a *Negros da terra*. Lembremos aqui “Os escravos índios de São Paulo no século 17: Alguns aspectos demográficos”, de 1989, e “A dança dos números: a população indígena do Brasil desde 1500”,

de 1994. O tema, indissolivelmente articulado aos da escravidão e do despovoamento, aparecera já em “Escravidão indígena e despovoamento na América portuguesa: São Paulo e Maranhão”, na mesma coletânea organizada por Jill Dias citada acima, em que a pesquisa sobre São Paulo acrescentou-se uma pesquisa original sobre a Amazônia seiscentista. O conteúdo desse artigo forneceu material para dois outros trabalhos publicados no Brasil: “O escravo índio, esse desconhecido”, no livro *Índios no Brasil*, organizado em 1992 por Luís Donisete Benzi Grupioni, e “Colonização e despovoamento: São Paulo e Maranhão no século XVII”, publicado em *Ciência Hoje*, no mesmo ano.

Voltando ao texto sobre a etno-história guarani, mais uma vez a partir das evidências históricas e de um olhar crítico para com fáceis heranças da tradição antropológica e historiográfica, John convidava, fundamentalmente, a refletir a respeito da dialética entre tradição e mudança, que obriga a etnologia e a história a levar em conta as dinâmicas históricas dos povos indígenas em situação colonial, antes e além de liquidar a questão pelo paradigma da aculturação ou do desaparecimento.

Da segunda grande empreitada do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP, o *Guia de fontes*, John Monteiro foi, antes de organizador, o próprio inventor, na medida em que ele foi capaz de enriquecer a perspectiva antropológica a respeito da história indígena com seguros instrumentos de pesquisa de documentos primários⁸. A

8 O *Guia de fontes* desdobrou-se em outras iniciativas análogas do Núcleo, relativas à região Nordeste: *Documentos para a história indígena no Nordeste*, (Dantas, Porto Alegre Mariz, 1994) e o *Repertório de documentos para a história indígena – Sergipe* (Dantas, 1993). Junto com Beatriz Perrone-Moisés, John foi editor responsável dessas e de outras publicações, todas sobre a história indígena, como o importante volume *Amazônia: etnologia e história indígena* (org. Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiros de Castro); *Mairi revisitada: a reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waiãpi*, de Dominique Gallois; *Livro das canoas* (org. Márcio Meira); *Relatos da fronteira amazônica no século XVIII*, de Alexandre Rodrigues Ferreira e Henrique João Wilckens (org. Marta Rosa Amoroso e Nádia Farage); *Fronteiras da República*, de Paulo Santilli; e *Histórias do Xingú*, (org. Mariana Kawall Leal Ferreira).

coordenação da enorme equipe de colaboradores espalhados nas várias capitais do país foi possível não apenas em função do sólido hábito da pesquisa de arquivo adquirido junto com o ofício de historiador nos Estados Unidos, mas também da generosidade que caracterizava o historiador americano em seu desejo de fornecer os estudiosos brasileiros de instrumentos de pesquisas comparáveis com aqueles encontrados nas universidades do norte⁹. Sobretudo, o trabalho titânico de organização, sistematização e até de edição e produção dos originais sustentou-se na convicção, tanto teórico-metodológica quanto política, de que os arquivos revelariam, a despeito da conclamada ausência de documentação, não apenas a história dos índios, mas, indissoluvelmente, a história do Brasil, ou, melhor, a história do processo de construção da identidade nacional mediante mecanismos políticos e discursivos de sistemático apagamento de uma de suas componentes.

A competência na elaboração de guias bibliográficos e de fontes tinha produzido, antes do *Guia*, outros trabalhos análogos no final da década de 1980, quando professor da Unesp em Assis, Franca e Araraquara e coordenador do Centro de Estudos Latino-Americanos (Cela) dessa universidade: *América Latina colonial: Bibliografia básica* (1990) e *A escravidão na América Latina e no Caribe: Bibliografia básica* (1990), em colaboração com Francisco Moscoso e Horacio Gutiérrez, respectivamente. Mas a intuição de que a ausência de menção aos povos indígenas na historiografia nacional estava ligada por uma relação de causalidade à construção da identidade nacional esteve na base

de suas preocupações científicas nos anos seguintes. Com efeito, a “história indígena e do indigenismo” e a “identidade paulista” como aspecto peculiar da “identidade nacional” seriam os temas centrais da reflexão e da produção do John no período entre 1992 e 1997, como pesquisador e, depois, como diretor científico do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

Índios, São Paulo e a mestiçagem

A questão da identidade paulista, articulada à questão da escravidão indígena, já fazia parte da própria pesquisa que daria origem a *Negros da terra*. No Cebrap, essa questão foi se ampliando e enriquecendo a partir de uma reflexão mais abrangente sobre o pensamento social brasileiro, mais precisamente sobre “Raça e Mestiçagem no Pensamento Social Brasileiro”. Esse foi o nome do grupo no qual debateram durante dois anos (1993-94) jovens pesquisadores de áreas diversas das ciências humanas, reunidos sob a coordenação do então também jovem historiador John Monteiro. No debate sobre os grandes intérpretes do Brasil, John, fiel à sua formação tanto de historiador como de americanista, levou para a discussão autores e obras de outros países da América Latina e Caribe, introduzindo, como observa agudamente Omar Ribeiro Thomaz (2013, pp. 7-8), um pequeno cosmopolitismo e, mais, colocando em cheque a suposta especificidade do pensamento social brasileiro.

Por outro lado, a leitura de autores esquecidos pela historiografia nacional e regional trazia uma problemática nova à reflexão

9 A pesquisa sobre temáticas brasileiras, como John frisava frequentemente, é infinitamente mais fácil nos Estados Unidos que no Brasil. Como exemplo dessa facilidade, entre os mais recentes trabalhos, podemos lembrar o do *Brazilian Government Serials Digitization Project*, um banco de dados de cerca de 700.000 páginas de documentos do governo brasileiro produzidos entre 1821 e 1993, concluído em 2000 pelo “The Latin American Microfilm Project (Lamp)” e disponibilizado na Internet.

sobre a construção da identidade nacional. É o caso da análise da obra de Alfredo Ellis Jr., por exemplo, cuja contribuição para a história de São Paulo estabeleceu cânones ainda hoje difíceis de extirpar da historiografia regional: entre eles, a ideia da mestiçagem eugênica luso-indígena, produtora daquela “raça de gigantes”, os mamelucos, base genealógica (os “primeiros troncos”) da elite paulista. Um artigo publicado na *Novos Estudos*, do Cebrap (Monteiro, 1994b), apontava para outro aspecto do papel dos índios na história e na historiografia nacional, ao mostrar que Ellis, mediante um emaranhado de teorias raciais, mesológicas e até sociológicas, colocava a construção da identidade paulista em diálogo e em atrito com outros pais fundadores da nação, como Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, exatamente no plano da relação com os indígenas. Esse artigo foi repensado e ampliado em várias ocasiões de simpósios e congressos, constituindo a base de um trabalho comparativo, de fôlego bem maior, sobre a construção da elite luso-descendente em São Paulo e Goa, retomando assim o interesse pela colonização portuguesa em Goa inaugurado com o pequeno texto sobre Afonso de Albuquerque, redigido como trabalho de conclusão de graduação¹⁰.

A reflexão sobre historiografia e pensamento social brasileiro realizada no quadro das atividades no Cebrap produziu anteriormente outro artigo (Monteiro, 1992c) que, com um título evocativo de um dos temas mais caros à pesquisa de John, o binômio tupi-tapuia, apontava para as inter-relações entre história indígena, mestiçagem e formação da elite paulista. No artigo, o autor recuperava a polêmica oitocentista sobre os

guaianá, antigos habitantes da região de Piratininga, que a historiografia celebrativa das raízes indígenas e mestiças da elite paulista (a “raça de gigantes” de Alfredo Ellis Jr.) queria tupi, enquanto outra vertente historiográfica, liderada por Capistrano de Abreu, definia como “tapuia”, ancestrais dos selvagens kaingang, cujo extermínio estava sendo patrocinado pela mesma elite.

Esse debate sobre o passado e o futuro indígena, que colocava em relação questões de raça, nacionalidade e papel político de São Paulo, marcava também o surgimento de uma tendência da política indigenista de idealização do tupi (definitivamente “extinto”) e condenação do tapuia (perigoso entrave para o progresso da nação), que ultrapassava os confins de São Paulo e tinha suas raízes no pensamento brasileiro do Império. No artigo “As raças indígenas no pensamento brasileiro durante o Império” (Monteiro, 1996), John enfrentou exatamente essa questão, após um período de reflexão que, partindo do seminário do Cebrap, desdobrou-se em um GT da Anpocs de 1993 e em um seminário no Rio de Janeiro em 1995. O GT sobre “Pensamento Social” continuaria sob outras coordenações nos anos sucessivos, enquanto John, após o ingresso na Unicamp, passaria a ser organizador de GTs da Anpocs e da ABA mais especificamente dedicados à história indígena e do indigenismo, em geral com a colaboração de João Pacheco de Oliveira Filho, com quem estabeleceu e manteve sempre um diálogo intenso sobre os instrumentos conceituais, as fontes de pesquisa e as agendas da história e da etnologia indígenas.

Estavam assim claramente definidas as trilhas investigativas – história indígena, iden-

10 O trabalho, apresentado na tese de livre-docência, de 2001, foi publicado como “Raças de gigantes: Mestiçagem e mitografia no Brasil e na Índia portuguesa”, em um texto organizado por Bela Feldman-Bianco, Miguel Vale de Almeida e Cristiana Bastos, publicado em Lisboa (2002c) e sucessivamente no Brasil, pela Editora da Unicamp (2007).

tidade paulista e nacional, mestiçagem – que John Monteiro seguiria nos anos sucessivos, anos de plena maturidade intelectual e profissional, coincidente com o ingresso no departamento de Antropologia do IFCH-Unicamp. Com efeito, o trabalho de pesquisa e orientação na Unicamp foi marcado, desde o início, pelo intenso diálogo não apenas científico mas também institucional entre antropologia e história. Foi na Unicamp que John pôde encontrar um lugar para exercer sua vocação e sua profissão, abrindo seus cursos de pós-graduação para alunos da história, organizando eventos com a participação dos dois departamentos e orientando mestrandos e doutorandos advindos de formações diferentes, mas movidos pela vontade de construir o campo da história indígena.

A reflexão sobre os múltiplos sentidos da história indígena recebeu um impulso fortíssimo nas celebrações – e anticelebrações – dos quinhentos anos da “descoberta do Brasil”. John esteve profundamente envolvido no processo de releitura das narrativas oficiais, recuperando e enriquecendo sua produção até então. O alentado artigo “The Crises and Transformations of Invaded Societies, 1492-1580: Coastal Brazil in the Sixteenth Century”, publicado no terceiro volume da *Cambridge History of the Native Peoples of the Americas*, organizada por Stuart Schwartz e Frank Salomon (Monteiro, 1999a) inaugurou da melhor maneira esse período, introduzindo de pleno direito a temática da questão indígena na América portuguesa no quadro

da história indígena na América Latina, da qual, até então, tinha estado ausente.

Essa presença confirmou-se no ano seguinte, com o belo texto sobre a “Invenção dos índios brasileiros”, publicado na *Hispanic American Historical Review* (Monteiro, 2000). Aqui, era apresentada ao público anglófono a reflexão sobre as razões da ausência: a maneira como a historiografia do século XIX, principalmente com Varnhagen, construiu a inevitabilidade do desaparecimento do selvagem, recuperando a descrição “etnográfica” de Gabriel Soares de Souza (não por acaso “redescoberto” e publicado exatamente nessa época), bem como o binômio tupi-tapuia inaugurado por este. A tradução para o português desse artigo apareceu na *Revista de História* da USP, em 2003.

Ainda no âmbito da releitura da “descoberta”, John proferiu dezenas de palestras e conferências em ocasiões mais ou menos oficiais ou acadêmicas. Se algumas ganharam forma de artigos ou capítulos de livros, como no caso de “Armas e armadilhas” (Monteiro, 1999b e 2006b), ou “Redescobrimos os índios da América portuguesa: Antropologia e história” (Monteiro, 2001b), outros – a maioria – permaneceram como momentos fecundos de reflexão e debate a respeito de uma história que, cada vez mais, desvendava seu caráter de narrativa fundadora da nação, por um lado, e revelava as falhas da *black legend* da história dos índios como simples narrativa de extermínio, por outro.¹¹ Valha para todos o tema “Etnocídio, etnogênese,

11 Seja-me permitida, a este ponto, uma notação pessoal que pode elucidar o tipo de desafio que o (ainda) nascente campo da história indígena encontrava há quinze anos. Uma mesa redonda da qual participei em 1999 em Fortaleza, com Regina Celestino de Almeida, Isabelle B. Peixoto da Silva e John (que ali proferiu a citada palestra “Redescobrimos os índios”, trouxe a proposta de pensar a relação entre colonizador e colonizado a partir dos conceitos de “trânsito”, “negociação simbólica” e “ajuste” político e conceitual. Isso provocou vivas reações em uma plateia de estudantes e professores que viam na ideia de mediação uma sorte de posição revisionista daquilo que Steve Stern (1992) chama “paradigma da conquista”, identificando a resistência indígena à colonização univocamente nos termos de heroica luta até o martírio pela manutenção da “cultura” tradicional.

etno-história”, apresentado em vários momentos e em vários formatos, transformado em capítulo na tese de livre-docência, discutido em muitos encontros nos Estados Unidos em 2002 e 2003 (no quadro do projeto “*Tupi People Under Colonial Rule: Ethnocide and Ethnogenesis in Portuguese America*”, realizado junto ao David Rockefeller Center for Latin American Studies da Harvard University) e ainda inédito.

Gosto de lembrar, desse período, alguns artigos de divulgação¹², que refletem a preocupação de desconstruir, junto ao grande público, a imagem do índio como ancestral mítico da nação, cristalizado em uma dimensão meta-histórica distante da sociedade e da política atuais, oposto especular do índio contemporâneo, relegado às margens da política e da história por “não ser mais índio”, sem direito a reivindicar uma identidade medida em penas, nudez e falta de tecnologia. O compromisso em encurtar a distância entre o índio imaginado e os índios reais, sempre presente na produção de John Monteiro, originara, ainda em 1995, o capítulo “O desafio da história indígena no Brasil”, publicado no precioso texto, voltado para os educadores, *A temática indígena na escola*, organizado por Aracy Lopes da Silva e Luís D. B. Grupioni.

No plano acadêmico, dos vários *papers* apresentados em palestras e simpósios, discutindo a ambivalência da construção da identidade paulista, através da e em oposição à presença indígena, só alguns encontraram o formato de texto publicado. Entre eles: “Os caminhos da memória: paulistas no Códice Costa Matoso” (1999c), “Sal, justiça social e autoridade régia: São Paulo no iní-

cio do século XVIII” (1999d), “A memória das aldeias de São Paulo: Índios, paulistas e portugueses em Arouche e Machado de Oliveira” (2002). Entretanto, o trabalho mais relevante que articulava a temática indígena com a própria história de São Paulo, da colônia até hoje, foi o capítulo introdutório do livro organizado por Paula Porta *História da cidade de São Paulo*, no quadro de outra comemoração: os 450 anos da cidade. “Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: A presença indígena na história de São Paulo” (Monteiro, 2004) mostra que os índios foram sempre o necessário contraponto “móvel”, porque deslocado em função de sua subalternidade social, da edificação da cidade, desde as bandeiras que introduziram forçadamente centenas de índios não tupi em São Paulo até a imigração dos pankararu, retirantes nordestinos do século XX, que se estabeleceriam na favela do Real Parque.

Como dito, a Unicamp foi o espaço mais fértil e o tempo maduro para articular definitivamente antropologia e história em volta do campo da história indígena. Se as décadas de 1980 e 1990 foram dedicadas a historicizar a antropologia, talvez a primeira década deste século tenha visto uma espécie de “viagem de volta”, parafraseando a célebre expressão de João Pacheco de Oliveira Filho, em que John construiu tempos e espaços dos estudos indígenas, em que os temas antropológicos desafiavam os historiadores.

Um desafio aos historiadores foi, sem dúvida, já no título, a tese de livre-docência: *Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e do indigenismo* (Monteiro, 2001a). Os textos, muitos dos quais reelaboram e aprofundam temáticas tratadas em

12 Por exemplo, “A descoberta dos índios” e “A espada de madeira”, em um número especial de *D. O. Leitura*, dedicado aos *500 Anos do Brasil* (1999). Outros pequenos textos de divulgação sobre Borba Gato, Tibiriçá e José Arouche apareceram em publicações dedicadas à história de São Paulo, introduzindo o papel das lideranças indígenas na história de São Paulo, desmistificando o mito do bandeirantismo.

artigos anteriores, são apresentados por uma introdução reveladora do abismo patente que existe entre a historiografia nacional e a do resto da América Latina no que diz respeito à questão indígena, abismo devido menos à ausência de fontes ou documentos consistentes do que à herança tenaz de uma narrativa historiográfica oitocentista fundadora da nação à custa da eliminação da presença nativa. O questionamento das próprias categorias mobilizadas para pensar não apenas a nação como também a própria história, marcada por defasagens, deslizamentos temporais e atribuições arbitrárias de temporalidades, é o desafio lançado aos historiadores. Com efeito, se a descoberta das fontes alternativas descortinava, nos moldes da história cultural e social, a vida de sujeitos históricos até então silenciados – os pobres, as mulheres, os escravos – a mesma coisa não acontecia (ou ainda não acontecia em 2001) com os índios: “...se alguns esquecidos da história começaram a saltar do silêncio dos arquivos para uma vida mais agitada nas novas monografias, os índios permaneceram basicamente esquecidos pelos historiadores”.

Dois capítulos da tese – inéditos até hoje – chamam a atenção. “Entre o etnocídio e a etnogênese: Identidades indígenas coloniais” (pp. 53-78) introduz o conceito de “etnogênese” – trabalhado tanto por antropólogos como Jonathan Hill e Neil Whitehead quanto por historiadores como Guillaume Boccara e Gary Clayton Anderson. O conceito serve aqui para mostrar a dinâmica histórica colonial por meio da qual o enrijecimento e a essencialização das categorias étnicas, desencadeados pelos conquistadores na ótica da territorialização e da dominação, foram também instrumentos de afirmação política dos povos nativos, ou de suas lideranças. Maior rigor historiográfico proposto para a análise desses pro-

cessos, balizados em uma multiplicidade de estratégias simbólicas e políticas, obriga a abandonar definitivamente a polarização “do inadequado binômio acomodação/resistência” (p. 58). Mesmo sem fazer referência explícita à questão política contemporânea, a abordagem de John Monteiro fornece, assim, profundidade histórica para a discussão a respeito da chamada “emergência étnica”, no quadro da reconfiguração da noção dos direitos indígenas enquanto direitos *históricos e territoriais*.

O outro capítulo inédito, “Entre o gabinete e o sertão: Projetos civilizatórios, inclusão e exclusão dos índios no Brasil imperial” (pp. 129-169) retoma a reflexão, já enfrentada em outros textos, sobre pensamento a respeito dos índios no Império. O capítulo enfatiza a relação entre as interpretações sobre os índios – pautadas pelo cientificismo ou pelo romantismo –, a definição de políticas indigenistas mediante os “planos de civilização” – de José Bonifácio ao “Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios” – e as práticas das relações concretas com os índios, marcadas pela hostilidade aberta nas várias províncias, principalmente São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais. O autor mostra, assim, que a tensão entre “filantropos e exterminadores”, conforme sua feliz expressão, encontrava-se na base da própria possibilidade do projeto de construção de uma nação civilizada.

Um pesquisador generoso

Nunca publicada mas disponível na internet desde sua defesa, a tese de livre-docência é um testemunho ulterior da generosidade de seu autor, mais interessado em compartilhar fontes e reflexões com estudantes, estudiosos e pessoas interessadas em geral do que em acumular uma “produtividade” científica medida em letras e números

em cima da qual assentar um discurso de autoridade.

Nos últimos anos, articulando-se ao tripé originário – história indígena, identidade paulista, mestiçagem – surgiram outros temas de pesquisa que, apesar de intensamente debatidos em cursos, seminários e grupos de trabalhos, não chegaram à publicação. Às vezes, novas fontes e nova bibliografia amarravam em uma nova textura os fios de interesses antigos, como no caso da comparação entre América e Índia portuguesas; às vezes, o trabalho de orientação levava a descobrir novos campos de exploração ou a recuperar intuições antecipadoras ou pesquisas já esboçadas, como é o caso da presença indígena no Brasil holandês, ou das trocas simbólicas entre índios e missionários¹³. Em qualquer caso, o debate, a troca, a disponibilização do material e das ideias antecediam o momento da escrita definitiva e chegavam a adiar indefinidamente esse momento, sempre em busca de novas fontes e sugestões, de nova bibliografia.

Essa bibliografia, que John não cansava de procurar e comentar, era imediatamente disponibilizada no site *Índios na história do Brasil*, pensado e mantido por ele junto ao IFCH da Unicamp¹⁴, ou difundida pelo grupo Índios na História, na internet, do qual

era moderador, ou discutida nos GTs da Anpocs, da ABA e, principalmente, da Anpuh, organizados anualmente.

Todas essas atividades, na mesma linha das iniciativas mais antigas dos *Guias de Fontes* e dos verbetes em dicionários e enciclopédias, requerem tempo, dedicação e coragem, a coragem de preferir um trabalho mais humilde, cansativo, mas cientificamente proveitoso da coordenação de GTs ao brilho autocentrado de palestras inaugurais ou publicações autorais. São atividades marcadas por uma característica comum e rara: a generosidade que reverbera na escolha ética e científica de um tipo de produção que antepõe a utilidade comum, o interesse coletivo, ao reconhecimento pessoal. Pensar na obra de John Monteiro é pensar em uma *opera aperta*, nunca definitivamente concluída porque provocadora e rica de sugestões para novos trabalhos, sempre revista e reelaborada, sempre *in fieri*.

John Monteiro nos deixou um ano atrás. Este artigo, como todas as homenagens, refletiu apenas sobre alguns aspectos de seu trabalho, sem pretender apresentar uma análise exaustiva de sua produção¹⁵. Nem eu teria condições de fazê-lo, seja pela falta de competência minha para a leitura de alguns aspectos de seu trabalho¹⁶, seja pela própria

13 Intuições e sugestões “farejadoras” a respeito dos catecismos jesuíticos foram, por exemplo, o pontapé inicial do trabalho de Adone Agnolin (2007), que atribui a longas conversas com John a origem de sua pesquisa e que aqui agradeço pela leitura atenta deste texto.

14 www.ifch.unicamp.br/ihb/

15 Foram pouco exploradas, por exemplo, as atividades realizadas durante o período de permanência nos Estados Unidos, em Harvard, entre 2003 e 2004, durante o qual, além de se valer da interlocução científica com os antigos orientadores e com outros pesquisadores de ponta de história da América Latina, ele conseguiu levar para o palco da discussão a questão da história indígena colonial na América portuguesa, notoriamente excluída até então desse circuito acadêmico. Dessa interlocução resultou, entre outras coisas, o texto de “Labor Systems”, na *Cambridge Economic History of Latin America*, (Monteiro, 2006a). Da mesma forma, não me detive na atividade de organização de coletâneas, como os dois volumes organizados em colaboração com Francisca L. N. Azevedo, como resultado do grande congresso da USP para o quinto centenário colombiano, *Raízes da América Latina e Confronto de culturas*, de 1996 e 1997, respectivamente, e *História & utopias*, de 1996, organizado com Ilana Blaj. Também deixei de comentar as dezenas de verbetes para enciclopédias e dicionários, as resenhas críticas de livros, os prefácios e as traduções.

característica desse trabalho. Apenas gostaria de poder pensar neste texto menos como um artigo sobre John, em memória dele, do que como uma reflexão, a partir dele e de seu trabalho, sobre os rumos das pesquisas de história indígena ou de antropologia histórica com os povos indígenas. Com certeza, ele gostaria mais assim.

Se, como foi repetido muitas vezes, a história indígena se divide em um *antes* e um *depois* de John Monteiro, nosso esforço de hoje e de amanhã é pensar como poderá continuar nosso trabalho, ao mesmo tempo sem ele e com ele, seguindo o caminho apontado por suas pesquisas, suas intuições, seu entusiasmo, sua generosidade.

Referências Bibliográficas

- AGNOLIN, Adone. (2007), *Jesuitas e selvagens. A negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi*. São Paulo, Humanitas.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. (2003), *Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). (1992), *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- FRANÇOZO, Mariana. (2007), “Os outros alemães de Sérgio: Etnografia e povos indígenas em *Caminhos e fronteiras*”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22, (63): 137-52.
- GINZBURG, Carlo. (1991), “Provas e possibilidades”, in *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa, Difel.
- HEMMING, John. (1978), *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge (EUA), Harvard University Press.
- MATTOS, Izabel Missagia. (2004), *Civilização e revolta: Os botocudos e a catequese na província de Minas*. Bauru/São Paulo, Edusc/Anpocs.
- MONTEIRO, John M. (1988), “From Indian to Slave: Forced Native Labour and Colonial Society in São Paulo during the Seventeenth Century”. *Slavery and Abolition*, 9, (3): 105-27.
- _____. (1989a) “Alforria, litígios e a desagregação da escravidão indígena em São Paulo”. *Revista de História*, 120: 45-57.
- _____. (1989b), “Os escravos índios de São Paulo no século 17: alguns aspectos demográficos”. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 5: 11-8.
- _____. (1988/1989/1990) “De índio a escravo. A transformação da população indígena de São Paulo no século XVII”. *Revista de Antropologia*, 30/31/32: 151-73.
- _____. (1990a), “Brasil indígena no século XVI: Dinâmica histórica tupi e as origens da sociedade colonial”. *Ler História*, 19: 91-103.

16 Entre esses aspectos, vale apenas citar a competência com a qual era abordada a questão iconográfica. Por exemplo, no artigo que compõe a coletânea sobre a coleção fotográfica brasileira de Louis Agassiz, organizada por Maria Helena P. T. Machado (Monteiro, 2010), cujo objetivo não é fazer uma história das expedições científicas do século XIX a partir da coleção, mas, antes, desvendar as relações de poder que marcavam as posições de sujeitos e objetos e as categorias construtoras desse campo (no caso, a raça, ou o gênero), colocando a historicidade das condições de produção do conhecimento científico como pressuposto epistemológico da própria análise.

- _____. (1990b), “Escravidão indígena e o problema da identidade étnica em São Paulo colonial”. *Ciências Sociais Hoje/1990*: 237-52.
- _____. (1991a), “Escravidão indígena e despovoamento na América portuguesa: São Paulo e Maranhão”, in Jill Dias (org.), *Brasil nas vésperas do mundo moderno*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- _____. (1991b), “As populações indígenas do litoral brasileiro no século XVI: Transformação e resistência”, in Jill Dias (org.), *Brasil nas vésperas do mundo moderno*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- _____. (1992a), “Colonização e despovoamento: São Paulo e Maranhão no século XVII”. *Ciência Hoje*, 15, (86): 13-8.
- _____. (1992b), “O escravo índio, esse desconhecido”, in Luís Donisete Benzi Grupioni (org.), *Índios no Brasil*, São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura.
- _____. (1992c) “Tupis, tapuias e a história de São Paulo: Revisitando a velha questão guaianá”. *Novos Estudos*, 34: 125-35.
- _____. (1994a), “A dança dos números: a população indígena do Brasil desde 1500”. *Tempo e Presença*, 271: 17-8.
- _____. (1994b), “Caçando com gato: Raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr.”. *Novos Estudos*, 38: 79-88.
- _____. (1994c), *Guia de Fontes para História Indígena e do Indigenismo*. São Paulo, NHII-USP/Fapesp.
- _____. (1994d), *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. (1995), “O desafio da história indígena no Brasil”, in Aracy Lopes Silva; Luís D. B. Grupioni (orgs.), *A temática indígena na escola*, Brasília, MEC/MARI/UNESCO.
- _____. (1996), “As raças indígenas no pensamento brasileiro durante o Império”, in M.C. Maio; R.V. Santos (orgs.), *Raça, Ciência e Sociedade*, Rio de Janeiro, Centro Cultural Banco do Brasil/Editora Fiocruz.
- _____. (1998), “Indícios da vida privada no país da escravidão”. *Novos Estudos*, 51: 207-16.
- _____. (1999a). “The Crises and Transformations of Invaded Societies, 1492-1580: Coastal Brazil in the Sixteenth Century”, in Stuart Schwartz; Frank Salomon, (orgs.), *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas. Volume III: South America, Part 1*, Cambridge (EUA), Cambridge University Press.
- _____. (1999b), “Armas e armadilhas: História e resistência dos índios”, in Adauto Novaes (org.), *A outra margem do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. (1999c), “Os caminhos da memória: paulistas no Códice Costa Matoso”. *Varia História*, 21: 86-99.
- _____. (1999d), “Sal, justiça social e autoridade régia: São Paulo no início do século XVIII”. *Tempo*, 4, (8): 23-40.
- _____. (2000), “The Heathen Castes of Sixteenth-Century Portuguese America: Unity, Diversity, and the Invention of the Brazilian Indians”. *Hispanic American Historical Review*, 80 (4): 697-719.
- _____. (2001a), *Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de livre-docência, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Disponível em <<http://venus.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2014.
- _____. (2001b), “Redescobrimdo os índios da América portuguesa: Antropologia e história”, in O. A. Aguiar; J. E. Batista; J. Pinheiro (orgs.), *Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade*, Fortaleza, Edições Demócrito Rocha.

- _____. (2002a), “Ensaio em antropologia histórica”. *Mana*, 8, (1): 234-7.
- _____. (2002b), “A memória das aldeias de São Paulo: Índios, paulistas e portugueses em Arouche e Machado de Oliveira”. *Dimensões: Revista de História da Ufes*, 14: 17-35.
- _____. (2002c), “Raças de gigantes: Mestiçagem e mitografia no Brasil e na Índia portuguesa”, in Bela Feldman-Bianco; Miguel Vale de Almeida; Cristiana Bastos (orgs.), *Trânsitos coloniais: Diálogos críticos luso-brasileiros*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais. Edição brasileira (corrigida): Campinas, Editora Unicamp, 2007.
- _____. (2003), “Unidade, diversidade e a invenção dos índios: Entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen”. *Revista de História*, 149: 109-37.
- _____. (2004), “Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: A presença indígena na história de São Paulo”, in Paula Porta (org.) *História da Cidade de São Paulo*, São Paulo, Paz e Terra, vol. 1.
- _____. (2006a), “Labor Systems”, in John Coatsworth, Roberto Cortés-Conde e Victor Bulmer-Thomas (orgs.), *Cambridge Economic History of Latin America. Volume 1: The Colonial Era and the Short Nineteenth Century*, Nova York, Cambridge University Press.
- _____. (2006b), “Armes et pièges: Histoire et résistance des Indiens”, in Aداuto Novaes (org.), *L'autre rive de l'Occident*, Paris, Métailié.
- _____. (2010), “As mãos manchadas do sr. Hunnewell”, in Maria Helena P. T. Machado; Sasha Huber (orgs.) *(T)races of Louis Agassiz: Photography, Body and Science, Yesterday and Today/Rastros e raças de Louis Agassiz: fotografia, corpo e ciência, ontem e hoje*, São Paulo, Capacete.
- MONTEIRO, John M.; AZEVEDO, F. L. N. (orgs.). (1996), *Raízes da América Latina*. São Paulo/Rio de Janeiro, Edusp/Expressão e Cultura.
- _____. (1997), *Confronto de culturas: Conquista, resistência, transformação*. São Paulo/Rio de Janeiro, Edusp/Expressão e Cultura.
- MONTEIRO, John M.; BLAJ, I. (orgs.). (1996), *História & utopias*. São Paulo, Associação Nacional de História.
- MONTEIRO, John M.; GUTIÉRREZ, H. (1990), *A escravidão na América Latina e no Caribe: Bibliografia básica*. São Paulo, Centro de Estudos Latino-Americanos/Unesp.
- MONTEIRO, John M.; MOSCOSO, F. (1990), *América Latina colonial: Bibliografia básica*. São Paulo, Centro de Estudos Latino-Americanos/Unesp.
- PERES, Sidnei Clemente. (2013), *Política da identidade: Associativismo e movimento indígena no Rio Negro*. Manaus, Valer.
- POMPA, Cristina. (2003), *Religião como tradução: Missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial*. Bauru/São Paulo, Edusc/Anpocs.
- RAMINELLI, Ronald. (2013), “John Manuel Monteiro (1956-2013)”. *Trashumante: Revista Americana de Historia Social*, 2: 177-80.
- RIBEIRO, Darcy. (1970), *Os índios e a civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SILVA, Isabelle B. Peixoto da. (2005), *Vilas de índios no Ceará Grande: Dinâmicas locais sob o Diretório pombalino*. Campinas, Pontes.
- STERN, Steve. (1992), “Paradigms of Conquest: History, Historiography, and Politics”. *Journal of Latin American Studies*, 24, Quincentenary Supplement: 1-34.

THOMAZ, Omar R. (2013), “Goa, os índios no Brasil e a obra de John Manuel Monteiro”. *Novos Estudos*, 97: 5-12.

WITTMANN, Luisa Tombini. (2007), *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis, Letras Contemporâneas.

Artigo recebido em 21/04/2014

Aprovado em 30/04/2014

Resumo

Os Índios entre Antropologia e História: a Obra de John Manuel Monteiro

O artigo analisa a trajetória de John Manuel Monteiro (1956-2013) e a centralidade de sua obra na construção do campo da história indígena enquanto conjunto de interseções teóricas e analíticas entre antropologia e história. Além de contribuir para o entendimento da maneira indígena de pensar e fazer a história, assim como da presença insistente dos índios na história do Brasil, o trabalho de John Monteiro tem constituído uma ruptura epistemológica dos saberes coloniais, implícitos na construção da teoria social no Brasil.

Palavras-chave: História Indígena; John Manuel Monteiro; Teoria antropológica; Historiografia Brasileira.

Abstract

The indians between anthropology and history: the work of john manuel monteiro

The article analyzes the trajectory of John Manuel Monteiro (1956-2013) and the centrality of his work in the construction of the indigenous history field as a set of theoretical intersections between anthropology and history. Besides his contribution to the understanding of the indigenous way of thinking and making history, as well as to the comprehension of the persisting indigenous presence in Brazilian history, John Monteiro's work represented an epistemological rupture from the colonial conventional knowledge implicit in the construction of social theory in Brazil.

Keywords: Indigenous history; John Manuel Monteiro; Anthropological theory; Brazilian historiography.

Résumé

Les indiens entre l'anthropologie et l'histoire : l'œuvre de John Manuel Monteiro

L'article analyse la trajectoire de John Manuel Monteiro (1956-2013) et la centralité de son œuvre dans la construction du domaine de l'histoire des indiens en tant qu'ensemble d'intersections théoriques et analytiques entre l'anthropologie et l'histoire. En plus de contribuer à la compréhension de la façon de penser et de faire l'histoire des indiens ainsi que de leur présence insistante dans l'histoire du Brésil, le travail de John Monteiro construit une rupture épistémologique des savoirs coloniaux implicites dans la construction de la théorie sociale au Brésil.

Mots-clés: Histoire des Indiens ; John Manuel Monteiro; Théorie anthropologique ; Historiographie Brésilienne.